

(CON)FORMANDO CIDADES E OS INTERESSES DA SOCIEDADE: A IDEIA DAS *SMART CITIES* COMO HETEROTOPIA URBANA

André Luis Carrilho Nucci

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ
carrilho.and@unochapeco.edu.br

Cássia Regina Segnor

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
cassiasegnor@gmail.com

Laura Nienow Scheffer

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ
lauranscheffer@unochapeco.edu.br

RESUMO: O trabalho aqui apresentado busca compreender através de uma análise de discurso foucaultiana a aproximação das cidades na contemporaneidade com os termos utopia, distopia e heterotopia, trazendo reflexões de como estes conceitos vem se estabelecendo na leitura das espacializações e sociabilizações no decorrer da história, que resultam nas apropriações e formação da cidade. Abordando o caso de Chapecó, cidade do oeste de Santa Catarina e polo da agroindústria, os autores criam um diagnóstico qualitativo que segue diferentes ramificações, passeando desde o histórico urbano da cidade até a influência das classes sociais mais abonadas na verticalização das áreas centrais do município e as consequências que estas decisões urbanas podem acarretar. Em tempo, faz-se menções às *Smart Cities* como uma possível solução, ainda que de caráter questionável e delicado, às adversidades encontradas na urbe fomentadas pelos preceitos distópicos de sociabilidade e territorialidade.

Palavras-chave: urbanismo utópico, urbanismo distópico, heterotopia, cidade medieval, smart city

GT – 3: Cidades médias e reestruturação urbana: tendências empíricas e desafios teóricos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura se problematizar através da cartografia, apresentada como um modo de conceber pesquisa. Tendo a premissa de uma leitura do desenvolvimento de uma cidade média e seus possíveis cenários está apoiado uma revisão bibliográfica, simulações computacionais dos

índices propostos pelo plano diretor e sua relação com o que existe no atual, bem como investigação da cidade em seu desenvolvimento sobre três termos aqui articulados, utopia, distopia e heterotopia, chegando a sobrepor ideias contemporâneas de como se vem fazendo o uso das tecnologias para resolver problemas imediatos.

Neste contexto, o artigo tem abordagem qualitativa cabendo destacar a transdisciplinaridade que envolve esses aspectos e a cidade, buscando “exatamente a perda da identidade de cada teoria, de cada prática, para ocorrer algo no “entre”, a partir da desestabilização das “certezas” de cada disciplina, apostando ainda na criação de uma relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas, pois é nesse “entre” que a invenção [neste caso pesquisa] acontece” (ROMAGNOLI, 2009, p.169). Assim, respondendo as inquietações de como os resultados podem ser problematizados não como respostas positivistas, mas sim reflexões de como os conceitos vêm se estabelecendo na leitura das espacializações e das sociabilizações no decorrer da história, que resultam nas apropriações e na (con)formação das cidades.

“Nessa proposta, o papel do pesquisador é central, uma vez que a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro do seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele” (ROMAGNOLI, 2009, p.170). Para Mairesse (2003), a cartografia acontece como um dispositivo, sendo que no encontro dos pesquisadores com o objeto diversas forças se colocam presentes, fazendo com que todos não sejam mais aquilo que eram.

Este trabalho surgiu de discussões acadêmicas, referente a análise e projeto sobre cidades, assuntos que se originaram no debate sobre o desenvolvimento dos interesses e também no “fazer a cidade” de Chapecó, no interior de Santa Catarina. O artigo está estruturado num primeiro momento com teorizações, sendo nos tópicos abaixo 2 e 3 um movimento de investigação sem objetivos previamente estabelecidos como um processo de análise rizomática, que quando associada aos tópicos 4 e 5 partem para um eixo de direcionamento dos conceitos, sobrepostos e aproximados aos contextos no país, observando duas cidades que têm interpretações ora utópicas e distópicas. Como finalização apresenta no último tópico 6 a ideia das *Smart Cities* como uma possibilidade para soluções heterotópicas com reflexão e cuidado para não distopias.

2 UTOPIAS E DISTOPIAS COMO REFLEXÃO E (COM)FORMAÇÃO DAS CIDADES

A distopia começou a ter força na arte no início do século XX, onde impulsionou-se na literatura e cinematografia, consagrando grandes nomes e com obras que perduram em destaque. Nos dias de hoje, títulos distópicos atingiram uma esfera comercial, não estando restrito aos estudiosos e amantes do gênero, mas sim acessível a diferentes faixas etárias e a todos que possuam acesso a mídias.

Com a globalização do universo fictício distópico, foi possível notar que certas características preponderantes presentes nos filmes e nas páginas de livros não estão tão distantes da realidade de nossas cidades e da nossa sociedade como gostaríamos de crer. O universo que antes tínhamos como irreal bate à porta da realidade urbanística da contemporaneidade, e tudo isso é resultado de inúmeros agentes provindos tanto de séculos de decisões tomadas por soberanos quanto a uma população que almeja a heterotopia¹, mesmo que inconscientemente ou não familiarizada com o termo.

É importante salientar que as cidades, bem como seus espaços, vão se adaptando ao contexto em que estão inseridas. Seus espaços se reinventam de acordo com a necessidade sociopolítica vigente. Se no século XVI, apresentada por Thomas More², o conceito de utopia tornava-se um marco global, três séculos depois a resposta a isso viria com as distopias. Àquela tão almejada cidade estável e igualitária agora dava a espaço a uma sociedade que vai na contramão do ideal completo, de uma cidade que representa a democracia na qual as liberdades individuais são ameaçadas.

Em utopias e distopias, a cidade é um grande meio que viabiliza as relações entre as pessoas e espaço. Independentemente da época em que foram concebidas, as cidades utópicas apresentam em comum a premissa da modificação do homem através da modificação do espaço (FIGUEIREDO, 2011, p. 119). Ao contrário, naquelas distópicas, a relação da cidade com as pessoas firma-se como uma dominação social, o espaço não é objeto de socialização e sim de controle e poder. Fatalmente, a interdependência entre ambas sempre vai existir, ou melhor, a utopia, tida como sociedade ideal, já se tornou repleta de distopias.

A complexidade da sociedade atual, vinculada às transformações em âmbito social e político, exigem uma reflexão quanto ao conceito ideal de cidade. As características autoritárias que

refletem uma sociedade desigual, são, muitas vezes fomentada pela hegemonia de determinadas classes, culturas e gêneros impostos à urbe³. Para MONTANER (2017):

uma série de mudanças significativas caracterizam, atualmente, circunstâncias bastante distintas daquelas em que se encontravam as vanguardas do século XX, que podemos resumir em três: os grandes movimentos migratórios atuais no contexto das sociedades pós-coloniais, o impacto das redes e das relações de simultaneidade criado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, e os graves problemas ecológicos que se concentram em fenômenos como mudanças climáticas e o aumento dos desastres e da poluição. (MONTANER, 2017, p. 17)

Tomando como exemplo a tecnologia, no século passado acreditava-se que ela solucionaria todos os problemas futuros da civilização, o que não foi concretizado. O que aconteceu é que esse ideal, atualmente, configura-se muito mais como um controle da liberdade social. A vigilância constante por câmeras ou ainda a utilização voluntária de equipamentos de localização nos faz reféns da nossa própria autonomia. FIGUEIREDO (2007, p.10) menciona que “em troca da segurança os próprios indivíduos estão dispostos a abrir mão de suas liberdades (...) A alienação e a supressão de liberdades são constantes nas distopias. Se conhecimento é poder, e se o poder deve pertencer a poucos então o conhecimento deve também ficar restrito”.

É pertinente dizer, portanto, que a liberdade é relativa, uma vez que ela pode ser condicionada à lei ou ao Estado. Mesmo nas utopias existem limites individuais impostos ao indivíduo. Todavia, para a concretização das utopias, há um envolvimento de variáveis imaginadas na ideação daquele cenário no campo filosófico, podendo ter o que conhecemos hoje como controle de Estado ou comportamentos sociais e relações políticas que ainda nem conhecemos fora do mundo das ideias.

Numa visão global - e sem estabelecer, mas já sobre influências de juízos de valor -, não existe um nível mínimo de condições básicas de sobrevivências, salve alguns pequenos episódios isolados num montante territorial e habitacional imensos, dessa forma o Estado deve garantir a harmonia e a igualdade entre as pessoas. E essa igualdade apenas efetiva-se a partir do momento em que o desejo coletivo se sobrepõem a própria liberdade individual. O que deve ser levado em consideração é o limite desse controle de liberdade, visto que de forma imperceptível ele pode se tornar uma maneira de domínio de uma parcela da sociedade sobre a outra.

Nesse contexto, pode-se dizer que uma utopia tende a anteceder uma distopia. Se no século XVIII, as utopias sociopolíticas sustentadas pelo Iluminismo⁴ ganharam força, em contrapartida nos séculos seguintes esses mesmos ideais foram questionados. Com as promessas insustentáveis, a

ineficácia do movimento abriu precedentes para o surgimento das distopias como uma crítica à ordem vigente.

Essas mudanças territoriais e sociais, embora congruentes com o período em que surgiram, ainda refletem uma reprodução de padrões nas urbes contemporâneas, fazendo com que as cidades distópicas não estejam aquém da realidade urbana atual. Com esta reflexão, a compreensão do capítulo a seguir efetiva-se a partir do momento em que estas adversidades e características se moldam em seus diferentes períodos seguindo uma “ordenação medieval do espaço”, (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 125). Isto faz com que as particularidades distópicas do espaço tragam traços medievais para as cidades contemporâneas, presente de maneira mais explícita nas relações sociais.

3 CONTEMPORANEIDADE MEDIEVAL COMO DISTOPIA

Ao estabelecermos uma comparação entre a cidade contemporânea e a medieval, percebemos que a cidade medieval traz à mente os paradoxos, as exclusões e segmentações que sempre estiveram associados às estruturas das cidades e à organização urbana (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 107). Se o muro era a principal particularidade da Idade Média, observamos essa mesma reprodução nas cidades atuais, evidenciada pelos padrões de segregação.

Esse enclave pode ser exemplificado na contemporaneidade pelos condomínios fechados, espaços polarizados e de caráter excludente, que procuram romper sua conexão com o entorno. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se distanciam daquela parcela populacional cujo contexto, principalmente, financeiro é distinto, eles necessitam de sua mão de obra, para manutenção dos serviços básicos. Na cidade medieval, esse mesmo exemplo remete aos feudos.

É dessa forma que as consequências mais importantes do urbanismo medieval para a compreensão das cidades contemporâneas estão ligadas ao conceito de liberdade (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 112). Ele traz à tona dois importantes aspectos de comparação: o domínio da liberdade em função do território urbano e/ou da lei e o poder fragmentado em classes. Com uma aliança instável entre as hierarquias, a cidade medieval era um espaço de competição territorializada por associação e clientelismo (seja pela religião no início do período ou pelas guildas urbanas no final). Para ALSAYYAD e ROY (2009) “essas formações espaciais de tipo medieval expressam identidades e aspirações modernas, tais como o direito à produção do espaço, ou a promessa de democracia e prosperidade econômica”.

É importante mencionar que as novas ideias para a cidade moderna foram impulsionadas nos debates em torno dos padrões desejáveis para produção do espaço urbano do final do século XIX e início do século XX. Todas essas intervenções higienizadoras e embelezadoras tornam-se o impulso dos utopistas em resolver os novos problemas das cidades nos anos 1900, cuja intensa e rápida urbanização configurou-se como um sério problema socio territorial no Brasil.

Essas interferências urbanísticas denotam principalmente à década de 60 e 70, marcada pelo aumento da informalidade habitacional e também pelas políticas setoriais articuladas pelos planos diretores. Surge assim, o zoneamento como um instrumento para hegemonizar o espaço urbano e efetivar um modelo de cidade ideal. Todavia, esses recursos tornam-se ineficientes a medida em que os problemas reais da cidade são ignorados. A urbe é vista através de um viés tecnocrático, na qual busca-se apenas obter, através destas leis, seu ordenamento e controle, sem levar em consideração os conflitos e as desigualdades urbanas.

Ainda na década de 70 esse planejamento urbano tradicional começa a ser questionado, em decorrência principalmente dos movimentos populares sociais urbanos e o fim da Ditadura Militar. Esses episódios foram responsáveis por uma nova regulamentação da política urbana, explicitada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Segundo ROLNIK (2000), “dessas experiências surgiu o desenho de um conjunto de novos instrumentos urbanísticos, que partem da ideia de ser a cidade um palco de conflitos, pressupondo a construção permanente de um espaço público de mediação e negociação”.

Apesar desse amadurecimento, o urbanismo atual é diagnosticado como um período de aprofundamento das exclusões, expondo as controvérsias do direito e da democracia. As habitações informais, das quais surgem a partir de ocupações irregulares que vão na contramão do planejamento urbano, são exemplos da negligência do estado em oferecer infraestruturas básicas à população. Essa é a chamada cidade dual⁵, em que de um lado há os que estão conectados e do outro àqueles que foram desligados e tornados redundantes.

É nessa atmosfera distópica, de informalidade e exclusão, que surge o conceito que AGAMBEN (2004) chama de estado de exceção. Para ele, o estado de exceção hoje não é mais uma situação excepcional, mas sim parte padrão da atuação dos Estados. A percepção de que existe algo a ser combatido, acaba legitimando a violência, a arbitrariedade e a suspensão dos direitos, em nome da

segurança. Todas essas ações são reforçadas pelos preceitos discriminatórios em detrimento à algumas classes e etnias.

Esse contexto, acaba fortalecendo uma fragmentação de poder, que fragiliza as cidades em função da extensa e múltipla concorrência entre os vários agentes, tais como o Estado, as ONG's, as entidades religiosas. A construção desses espaços de exceção é o que vai de encontro às analogias entre as cidades contemporâneas e a cidade medieval.

Os processos de gentrificação também se apresentam como facilitadores das segregações urbanas. Apoiados num discurso de bem-estar coletivo, as melhorias de cunho social, cultural e econômico das áreas gentrificadas são, na verdade, motivadas pelo interesse privado em função da especulação imobiliária. Nesse apartheid social, onde as oportunidades são desiguais, “essa progressiva separação entre as partes ricas e pobres da cidade potencializa ainda mais as tensões, à medida que os pontos de interface social vão sendo cada vez mais mediados por aparatos de controle e segurança, fragmentando e cerceando ainda mais o espaço urbano” (ROLNIK, 2000, p. 02).

Todos esses espaços produzidos, direta ou indiretamente, convergem para as heterotopias. Uma sociedade sempre irá produzir heterotopias, uma vez que nesses “outros espaços” é que estão evidenciados os conflitos empreendidos pelas relações de poder do corpo social. Esses sítios, de organização mais autônoma e múltipla, estão conectados a todos os outros, porém partem de suas próprias concepções ou a partir de contraposições. “As heterotopias serão justamente essas formas de ressignificação e reapropriação que garantem a sobrevivência e a reprodução daqueles que produzem e usam o espaço, com todas as suas contradições e conflitos de interesses” (RAMOS, 2010, p. 07).

4 CIDADE MÉDIA E A MEDIEVALIDADE

As cidades utópicas e distópicas surgiram majoritariamente como resultado de mudanças políticas e administrativas de uma organização social. Os planos diretores, como explanado anteriormente, foram inábeis na resolução dos principais problemas da cidade como coletivo e tiveram grande responsabilidade na distribuição dissonante da malha urbana, o que conseqüentemente trouxe à tona as cidades brasileiras como conhecemos na contemporaneidade. Chapecó, cidade destaque no setor agroindustrial do oeste catarinense, não foi exceção.

Reconhecida como polo regional desde o início de sua colonização, Chapecó se desenvolveu principalmente na década de 70 com o incentivo estatal provindo do interesse da expansão agrária. Neste movimento, recebeu complexos industriais que demandavam mão-de-obra, o que gerou fluxos migratórios oriundos principalmente do estado vizinho, Rio Grande do Sul.

A demanda de empregos resultou em um aumento de 11% da população urbana, segundo o IBGE, no período de uma década (1970 a 1980) e a oferta que era abundante acabou mostrando-se escassa em relação à fração de novos moradores emergindo no oeste, instaurando-se assim problemas sociais que persistem correlacionados ao espaço urbano até hoje.

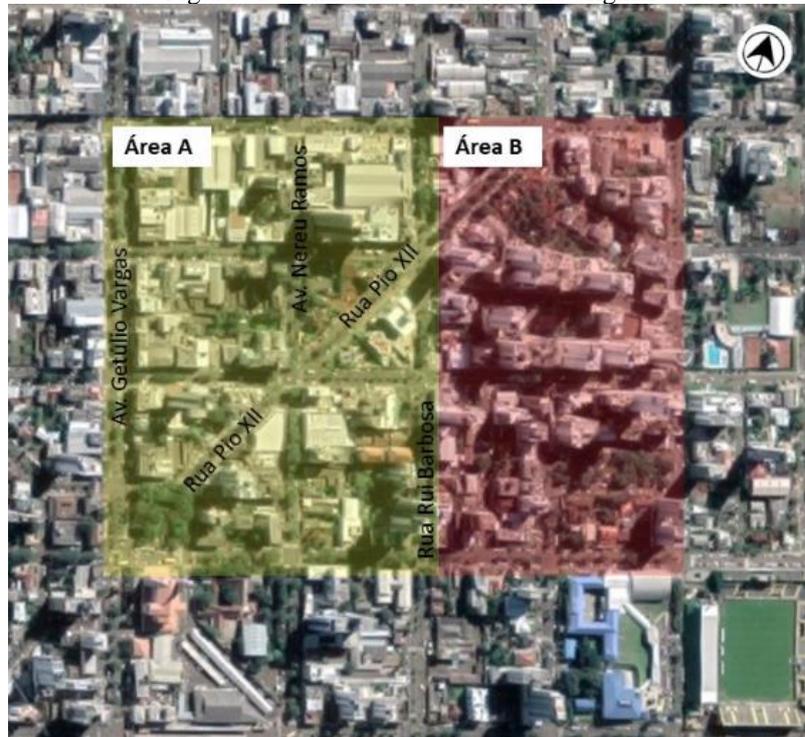
O ordenamento e a democratização da malha urbana não foram resolvidos com o passar de quatro planos de desenvolvimento e hoje Chapecó padece da mesma dinâmica que muitas metrópoles, onde as classes com menor poder aquisitivo encontram-se em áreas periféricas com o aval e estruturação de um plano diretor falho, enquanto os centros urbanos encontram-se cada vez mais verticais e adensados devido a influência de agentes externos à mercê de interesses imobiliários.

Do ponto de vista econômico, a cidade é privilegiada e a segregação socioespacial tem desequilíbrios menos preocupantes que a maior parte das cidades médias, e, em consequência, aos problemas de desigualdades nas metrópoles. Entretanto, como a grande maioria do país, um atraso significativo no que tange ao saneamento básico (tratamento de água e esgoto) ainda assumindo como padrão as fossas, sumidouros e permitindo o uso de poços de captação de água para consumo direto na área da malha urbanizada. Não possui galerias técnicas, conexões eficientes de transporte coletivo, e outras alternativas de mobilidade sem adentrar a questões de alta tecnologia, sensores informacionais, dados transparentes de georreferenciamento do patrimônio público.

O desenho urbano original da cidade (ver figura 01) tem referências ao urbanismo haussmanniano⁶; as ruas, as avenidas e quadras se sobrepõem às condicionantes hídricas, topográficas e climáticas, com o pensamento de que a hierarquia viária seria uma garantia e inclinação ao desenvolvimento bem-sucedido presumido para o futuro. Uma característica peculiar é que seu centro antigo nunca perdeu protagonismo, e, embora tenham surgido e se consolidado outras centralidades espalhadas por toda a malha, seu ponto de origem, bem como suas edificações históricas encontram-se bem preservadas e com vitalidade, o que difere tradicionalmente pelo processo de desenvolvimento natural das cidades no século anterior (VARGAS e CASTILLO, 2009). Estas peculiaridades, entretanto, correm riscos de sucumbirem às regras do próprio plano

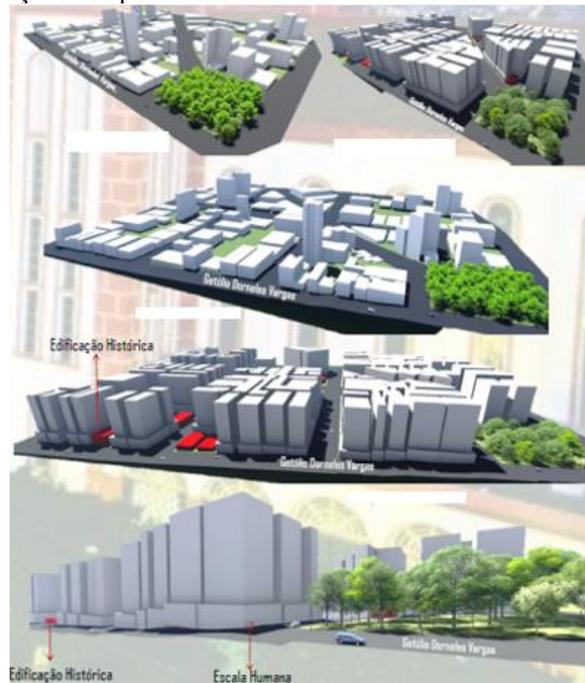
diretor, cujo compromisso com a preservação destas características da ocupação secular do espaço deveria ser fundamental.

Figura 01. Centralidade com desenho original



Fonte: Google Maps/2019. Editado

Figura 02. Simulações computacionais dos índices urbanísticos do Plano Diretor de 2014



Fonte: Acervo de Componente Curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo/2018

Na figura 01 temos a demarcação de duas áreas de Chapecó. A área 01 demarca as quadras utilizadas na figura 02 para simulação dos índices urbanísticos máximos da área central da cidade. A permissividade do plano diretor expõe uma possível situação problemática caso haja uma utilização do potencial máximo de ocupação do lote. Já na área 02 temos demarcadas quadras que englobam o chamado "Vale das Sombras", área da cidade conhecida pela verticalização extrema de prédios de classe alta.

Nuances de um sistema plutocrático⁷ podem ser observadas dado que as classes mais abastadas gozam de certo domínio dentre as decisões tomadas no âmbito urbano. Esta prevalência cria uma imagem desleal de cidade utópica para aqueles que têm recursos, embora para a urbe em sua integralidade a distopia esteja iminente. Quando pensamos no progresso de apenas uma área ou grupo econômico específico, engendra-se inconsciente ou conscientemente impasses no funcionamento de um espaço. Se voltamos a atenção somente a alguns e esquecemos da parcela restante da população, a utopia de um ambiente urbano perfeito não dura muito, pois os empecilhos e os distúrbios tanto sociais quanto espaciais se revelam, como é o caso de Brasília, nossa capital.

Brasília era o projeto de "cidade moderna" que viria interligada à mudança política e administrativa da capital, então deslocada ao interior brasileiro. Localizada em uma área isolada geograficamente e com escassos investimentos por parte do estado, seria ela a nova imagem daquela região. Entretanto, desde o projeto à sua execução vários fatores foram ignorados ou não foram ponderados, resultando na capital que conhecemos hoje em dia (Figura 03) e nas cidades-satélites (Figura 04) adjuntas a ela, formuladas pelos trabalhadores de baixa-renda que tiveram demasiada importância em sua construção. Sendo assim, Brasília pode ser considerada um grande exemplo do pensar heterotópico, visto que, embora a cidade possua sua própria individualidade e significância, nunca conseguiu se desprender da parcela da população que a ergueu; no caso, a verdadeira imagem do Brasil, com todas as suas diferenças sociais explicitadas no próprio território.

Figura 03. Eixo Monumental de Brasília



Fonte: Alex Soares de Oliveira/2017

Figura 04. Gama, uma das cidades-satélites de Brasília



Fonte: Gabriel Jabur/2016

Brasília depende até hoje dos trabalhadores que não puderam permanecer na cidade utópica que construíram, revelando o dualismo existente na sociedade de nosso país e provando que a utopia de perfeição de Brasília acaba em seus limítrofes, pois a dois passos para fora, a realidade é distinta do ideal modernista pregado.

Embora tão longe geograficamente e em importância, a situação de Brasília não é dissemelhante a situação de Chapecó e muitas outras cidades de médio e grande porte do Brasil, com a exclusão das classes mais baixas dos centros da cidade. Com os índices urbanísticos crescentes, Chapecó logo possuirá um centro urbano saturado com condições adversas ao funcionamento fluído da cidade ideal e democrática a todos seus moradores. Especulações apontam inclusive para possíveis cercamentos de áreas centrais, cujas quadras englobam apenas àqueles de perfil econômico elevado.

Tais possibilidades representam o impacto da urbanização impensada e da individualidade do espaço urbano apenas àquela parcela que pode tomar as decisões por todos, quanto a sua organização territorial e restrição social. É enfático dizer que a “capital” do oeste catarinense, cresceu muito mais com o intuito de desenvolvimento econômico do que propriamente social ou

de bem-estar à sua população. E esse crescimento, sobretudo nas áreas adjacentes da cidade, é uma realidade persistente até hoje. Essa dualidade centro x periferia em detrimento das classes sociais é um padrão de segregação comumente encontrado na América Latina.

Apesar de todos os fatores negativos resultantes do processo de urbanização chapecoense, não há como negar que resquícios de um ordenamento prudente ainda persistem em meio aos índices exorbitantes se comparados a cidades de características e população similares. Parte da Getúlio Vargas (Figura 05), sua principal Avenida, resiste com seus prédios decenários e de alturas equivalentes, mas o questionamento que se levanta é: até quando?

A cada dia no horizonte da cidade desponta mais um andar em construção de prédios que ultrapassam muitas vezes vinte e cinco pavimentos. Estes prédios quase todos localizados no centro da cidade, trarão uma sobrecarga na infraestrutura geral que não foi considerada e/ou analisada em vista da valorização capital de cada lote e empreendimento. Embora a verticalização e a compactação da cidade, são de certa forma características positivas, sem o devido planejamento, ignorando as políticas públicas de habitação por exemplo, a tendência é dar espaço a uma cidade com atributos de medievalidade, e conseqüentemente de distopia.

Tendo em consideração que esta situação decresce conforme aproximação aos bairros, é irrefutável e compreensível que o interesse seja concentrar empreendimento de alto padrão no lugar com a melhor disponibilidade de serviços da cidade. Porém, a eclosão destas inúmeras edificações poderá aflorar questões de insalubridade, falta de conforto ambiental, problemas nas redes pluviais e fluvial e, claro, um sistema viário ineficiente, devido à concentração em excesso dessas novas edificações nas três principais avenidas de Chapecó (Getúlio Vargas, Fernando Machado e Nereu Ramos), que conectam o único terminal urbano ao restante dos bairros.

Figura 05. No centro da imagem a Avenida Getúlio Vargas, ainda mantém como característica os edifícios de baixo porte. Enquanto nas adjacências, já é perceptível o crescimento dos pavimentos nas novas construções, influenciados pelos índices urbanísticos mais permissivos.



Fonte: Chapecó Online/2018

Cabe a reflexão do caminho ao qual estamos levando as nossas cidades nos dias de hoje e de que modo estamos trabalhando o desenvolvimento destes espaços. Visto que o mercado imobiliário cresce de maneira desenfreada em muitas das cidades médias brasileiras, é necessário pensar em conjunturas que possam fazer a conversa entre o capital privado e o público, de modo que o futuro destes lugares não pendem para uma distopia, mas sim uma realidade onde áreas urbanas marginalizadas consigam encontrar sua conexão com o restante da malha urbana.

5 OPORTUNIDADE PARA AS HETEROTOPIAS URBANAS ATRAVÉS DA IDEIA DE CIDADES INTELIGENTES / SMART CITY

O principal desafio das cidades do século XXI está relacionado ao aumento populacional e por consequência sua reorganização socioespacial. Esse cenário urbano que se reinventa constantemente necessita de interferências que evitem transformá-lo em múltiplos territórios conflitantes dentro do mesmo contexto. Para tal, é preciso reconhecer as particularidades de cada cidade para melhor gerenciá-la, uma solução comum é inaplicável a todas as realidades urbanas. E isso só é possível com a participação massiva dos diversos atores que fazem parte desta esfera, bem como mudanças estruturais na gestão e no planejamento.

Como as alterações na “cidade tradicional atual” são imediatas, faz-se necessário pensar e desenvolver novas estratégias para concretizá-las. Se a tecnologia, advinda do século passado, conseguiu resolver – em maior ou menor escala – as problemáticas urbanas, no século XXI essa mesma eficácia ainda é questionável. Com uma demanda crescente por novos espaços e serviços, uma população cada vez maior e fragmentada, além da escassez frente aos recursos naturais, é conveniente buscar “uma abordagem através de recursos tecnológicos em direção ao planejamento e à projeção da cidade sustentável do futuro” (AMORIM, 2016, p. 483).

Nesse viés, de integração entre gestão e planejamento, as chamadas Cidades Inteligentes ou *Smart Cities*, personificam-se como uma nova oportunidade de cunho heterotópico no que concerne às transformações das cidades. Nas *Smart Cities*, a urbanidade estreita sua relação com as pessoas. Com políticas ativas que utilizam tecnologia para melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura urbana, o intuito é tornar as cidades mais eficientes e sustentáveis. “Nesse sentido, pode-se entender a Cidade Inteligente como sendo a cidade ideal, um paradigma ainda a ser atingido pela maioria esmagadora das cidades”, segundo LEE e HANCOCK (2012) apud AMORIM (2016, p. 484).

Como a definição do termo ainda é muito abrangente, e cabe a ele a transdisciplinaridade, entre muitas áreas que se interessadas o articulam de maneira particular, a investigação sobre isso vai ao encontro do que Fernandez-Anez, Fernández-Güell e Giffinger (2017, p.03, tradução nossa) citam, que a "Cidade Inteligente é como um sistema integrado e multidimensional que visa abordar os desafios urbanos com base em uma parceria de múltiplas partes interessadas". Já para March e Riberia-Fumaz (2016, p.817, tradução nossa) "a Cidade Inteligente é como um conjunto de processos socioecológicos, tecnológicos e econômicos complexos, que não apenas são infundidos, mas também reformulam as relações de poder na cidade".

Pode-se ler desta maneira que mais que uma definição é importante a ideia que transita em todas essas esferas de conhecimento, com a possibilidade de "articulação do capital humano, o capital infraestrutural, o capital social e o capital empreendedor da cidade com o objetivo de oferecer aos cidadãos a mais alta qualidade possível da vida urbana" (KUMMITHA e CRUTZEN, 2017, p.43, tradução nossa). O perigo está em olhar para essa ideia na prática de maneira positivista como coloca Grossi e Pianezzi (2017, p.80, tradução nossa), definindo a *Smart City* como "uma utopia concreta". Ainda que de maneira isolada e com uma interpretação inclinada para as análises aqui já apresentadas, quando no passado idealizadas demais as cidades utópicas acabaram por no seu desenvolver produzir cenários problemáticos que tangiam as distopias.

Cabe entender que as cidades não são estáticas, e elas estão no processo de desenvolvimento tanto quanto as sociedades que elas representam, assim também essa ideia de *Smart City* é a evolução de uma cidade digital, pois considera além da tecnologia e inovação, características humanas da vida urbana. Caminhando para o conceito de sustentabilidade, a Cidade Inteligente define-se como transformadora, enquanto a Cidade Sustentável pensa uma abordagem e uma filosofia para o espaço citadino (D'AURIA, TREGUA e VALLEJO-MARTOS, 2018, tradução nossa).

A solução apresentada pela *Smart City*, contudo, representa uma linha tênue entre a utopia e a distopia. Do ponto de vista da vida urbana, as Cidades Inteligentes podem transformar-se em "zonas otimizadas para consumo (...) A camada de tecnologia de sistemas como clubes de fidelidade, serviços baseados em localização e sinalização digital acabam por criar uma triagem social, classificando os cidadãos oficialmente de acordo com seu poder econômico e limitando acesso à áreas urbanas" (DE LANGE E DE WAAL, 2013 apud SOUZA 2015, p. 14).

Levando em conta esses aspectos, fica evidente que o termo merece múltiplas interpretações e é de suma importância o debate conceitual a respeito dele, porém como demonstra as análises sobre

as cidades brasileiras, o desafio de colocar em prática os saberes e poderes desse campo vasto de aplicabilidade precisa andar paralelo com infraestruturas básicas, ainda precárias na urbanidade brasileira, que permeia em dar acesso a requisitos mínimos de habitação e saúde coletiva. Em *e-topia* de William Mitchell (2002), o autor relaciona que a vida urbana do ponto de vista físico tem que se desenvolver com investimentos significativos no cotidiano do ponto de vista digital/virtual, e que as duas bem estruturadas serão condicionantes fundamentais para vida diante das demandas complexas já expressas no atual.

Nas cidades concretas o desenvolvimento impacta diretamente as necessidades de subsistência humana, como alimentação e gestão dos resíduos, mas Mitchell ressalta que a alta conectividade e o paralelo híbrido com a vida das cidades e-tópicas, seriam a possibilidade efetiva de um espaço no campo do ideal. Neste campo as pessoas poderiam produzir encontros sem fronteiras e aumento do nível de consciência dos impactos, assim como expandir a participação de todas as esferas interessadas de maneira orgânica e horizontal.

Não se pode nessa visão ignorar que as tecnologias são muito positivas, mas características como a vigilância estatal ou privada excessiva como argumento de segurança ou ainda o comportamento antissocial ocasionado pela praticidade das tecnologias ao alcance das mãos, implicam em um cuidado maior na implantação das *Smart Cities*. A iminência de uma perda na privacidade e individualidade das pessoas aliada a esse isolamento social, enfatizam o cuidado em estabelecer qualquer nova solução ao contexto urbano.

A urgência em pensar numa produção do espaço urbano diferente, reflete em buscar uma nova percepção de caráter positivo para as heterotopias. Inseparáveis das cidades atuais, elas devem ser repensadas e reproduzidas “como espaços onde a organização política, as decisões que dizem respeito ao coletivo e a seus indivíduos, a rigor, as relações de poder, sejam diferentes das que conhecemos, sejam outras, sejam livres” (RAMOS, 2010, p. 13). Para JÚNIOR (2004, p. 155), “o desafio é promover heterotopias para demercantilizar os espaços públicos urbanos e criar articulações e unidades dentro dos diferentes grupos heterotópicos, (...) respeitando ações coletivas direcionadas ao direito à cidade em sua plenitude.”

A visão crítica para as *Smart Cities* condicionam o uso dessa inteligência como metodologia para produzir impactos até mais sociais que físicos, financeiros ou de gestão. A ampliação da transparência dos dados e propostas de desenvolvimento podem sim horizontalizar os poderes e

agilizar processos até mesmo judiciais que transformem e acelerem diretamente a vida de quem mais sofre com as segregações e desigualdades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POLARIZAÇÃO POSITIVISTA E OS CUIDADOS PARA NÃO UTOPIAS E DISTOPIAS

Uma sociedade real dificilmente estará livre das arbitrariedades de seus indivíduos, mas é exatamente isso que deverá ser o condutor de uma recorrente busca pelo desenvolvimento social, territorial e humano. “A igualdade, em uma sociedade autônoma, que admite diferenças e oposições, significa autonomia estendida a todos, participação de todos na determinação e “execução” das leis, negociação das “diferenças”, igual participação no poder, logo, exige liberdade” (RAMOS, 2010, p. 13).

A contemporaneidade tem desafios cada vez mais complexos que envolvem deslocamentos, a produção de alimentos e os impactos ecológicos, suas múltiplas manifestações culturais, étnicas, ideológicas, de gênero e crenças além de sociabilizações em espacialidades cada vez mais adensadas sobretudo na superpopulação das urbanidades e suas migrações. Contar com as tecnologias para melhor gestão dessas variáveis com o propósito de diminuir as injustiças respeitando as diferenças envolve o que podemos chamar de heterotopia, e em relação a articulação foucaultiana isso só tem como ser produzido na sua própria problematização e participação. Os conceitos não muito definidos do que se entende por Cidades Inteligentes/*Smart Cities* têm relação direta a isso, como aponta Montaner (2017) sobre a importância das novas tecnologias de informação e comunicação, com destaque significativo para a simultaneidade desses processos.

Essa investigação observa uma relação muito estreita sobre idealização de cidades utópicas e as relações de controle e poder que podem desenvolver as distopias quase sempre demonstradas nas suas extremidades em expressões mais artísticas como literatura e produções audiovisuais. A interpretação da ideia das smart cities vistas como metodologia, principalmente do ponto de vista de manuais e não como métodos ou ferramentas que se articulam, amadurecem e se adaptam, podem se transformar em mecanismos diretos para a promoção contrária às ideias de um processo em que a conectividade permite a ampla participação e harmonia das especializações da sociedade em organização no território. Assim como os planos diretores vêm sendo usados e interpretados para a produção de mais segregações e especulações imobiliárias, requer-se cautela e atenção para como é tênue o relacionamento dos três termos abordados nessa revisão analítica aqui apresentada como contribuição.

7 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução: Iraci de Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004. 142 p.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global**. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 105-128, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 mar. 2019.

AMORIM, Arivaldo Leão de. **Cidades Inteligentes e City Information Modeling**. Anais. SIGraDi 2016, XX Congress of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Buenos Aires. 2016. 481-488 p.

COELHO, Christiane Machado. **Utopias Urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto**. Natal: *Revista Cronos*, 2008. v.9 n.1, p.65-75.

D'AURIA, Anna; TREGUA, Marco; VALLEJO-MARTOS, Manuel Carlos. **Modern Conceptions of Cities as Smart and Sustainable and Their Commonalities**. *Sustainability*, 2018, v. 10. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10082642>. Acessado em: 14 ago. 2019.

DE LANGE, M.; DE WAAL, M. **Owning the city: New media and citizen engagement in urban design**. *First Monday*, v. 18, n. 11, 2013.

FERNANDEZ, ANEZ, V.; FERNANDEZ-GÜELL, J.; GIFFINGER, R. **Smart City implementation and discourses: An integrated conceptual model**. *The case of Vienna. Cities*, v. 78, agosto/2018, p. 4-16. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.12.004>. Acessado em: 14 ago. 2019.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **A cidade distópica como construção utópica: uma discussão sobre a cidade como objeto que comunica**. *Revista ECO-Pós*, v. 14, n. 1, out. 2011. ISSN 2175-8689. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/914>. Acesso em: 30 mar. 2019.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Utopias e distopias na comunicação: uma breve discussão sobre os modelos idealizados da comunicação**. Anais. 2º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em comunicação - PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2007. 14 p.

GROSSI, Giuseppe; PIANEZZI, Daniela. Smart cities: **Utopia or neoliberal ideology?** *Cities*, v. 69, setembro/2017, p. 79-85. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.07.012>. Acessado em: 14 ago. de 2019.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/component/content/?id=16944&Itemid=7444>>, acesso: 30 jun. 2019.

JUNIOR, O.S. **Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey.** *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, p. 146–157, 2014.

KUMMITHA, R. K. R.; CRUTZEN, N. **How do we understand smart cities? An evolutionary perspective.** *Cities*, v. 67, julho/2017, p. 43-52. DOI: . Acessado em: 14 ago. 2019.

Mairesse, D. (2003). **Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa.** In T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (Orgs.), *Cartografias e devires: a construção do presente* (pp. 259-271). Porto Alegre: UFRGS

MARCH, Hug; RIBERA-FUMAZ, Ramon. **Smart contradictions: The politics of making Barcelona a Self-sufficient city.** *European Urban and Regional Studies*, 2016, v. 23, p. 816–830. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969776414554488>. Acessado em: 14 ago. 2019.

MITCHELL, William. **E-topia: a vida urbana mas não como a conhecemos.** São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2002.

MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação.** Tradução: MARIA Luisa de Abreu Paz. São Paulo: editora G.Gili, 2017. 192 p.

NASCIMENTO, Ederson e VILLELA, Ana Laura Vianna. **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 597 p.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro.** *Polis: Revista Latinoamericana* [Online]. Nº 27. 2010. ISSN-e 0718-6568. Disponível em: <<http://polis.revues.org/916>> Acesso em: 15 abr. 2019.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida.** *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.2, pp.166-173. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>

ROLNIK, Raquel. **Regulação Urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção.** *Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social - PUCCAMP.* São Paulo. 2000. 19 p.

SOUZA, Madyana Torres de. **Unicidade: proposta para uma cidadania ativa no espaço urbano aumentado do bairro de Casa Amarela.** Recife. 2015. 63p. Tese (Bacharelado em Design). Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 3. ed., rev. e atual. -. Barueri, SP: Manole, 2009. ISBN 9788520428733.

NOTAS:

¹ Conceito desenvolvido por Michel Foucault no texto “Des espaces autres”, de 1967.

² Humanista inglês do século XVI, que em seu livro “Utopia” (1516) originou este termo.

³ Designação de um meio geográfico e social definido por uma grande concentração de população e uma enorme quantidade de serviços administrativos, comerciais, educacionais, profissionais, culturais. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/urbe/>> Acesso em maio/2019.

⁴ O Iluminismo foi um movimento intelectual do século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão e pregava maior liberdade econômica e política.

⁵ A Cidade Dual é um conceito desenvolvido por Manuel Castells. Ver: CASTELL, Manuel: La ciudad informacional. Madrid, Alianza Editorial, 1995.

⁶ Haussmann foi o urbanista responsável pela reforma higienista de Paris. Possui como forte característica visual seus eixos e avenidas imponentes.

⁷ Plutocracia, segundo o Dicionário Online de Português, é uma forma de governo cujo poder e/ou predominância são conferidos aos ricos. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/plutocracia/>> Acesso em maio/2019